

Sol de Brotas 6 S.A.

Balancos patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
		(não auditado)	(não auditado)			(não auditado)	(não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35	37	Fornecedores	5	2	-
				Partes relacionadas	6	228	228
Total do ativo circulante		35	37	Total do passivo circulante		230	228
				Total do passivo		230	228
				Patrimônio líquido			
				Capital social	7	3.855	3.855
				Capital a integralizar	7	(793)	(793)
				Prejuízos acumulados	7	(3.257)	(3.253)
				Total do Patrimônio líquido		(195)	(191)
				Total do patrimônio líquido		(195)	(191)
Total do ativo		35	37	Total do Passivo e Patrimônio líquido		35	37

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 6 S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
		(não auditado)	(não auditado)
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	8	(7)	(6)
Outras (despesas) receitas	8	-	(209)
		<u>(7)</u>	<u>(215)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		<u>(7)</u>	<u>(215)</u>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	9	5	-
Despesas financeiras	9	-	(1)
		<u>5</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(3)</u>	<u>(216)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(1)	-
Prejuízo do exercício		<u>(4)</u>	<u>(216)</u>
Prejuízo básico diluído por lote de mil ações (R\$)		<u>(0,001)</u>	<u>(0,056)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 6 S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
		(não auditado)	(não auditado)
Prejuízo do exercício		(4)	(216)
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:			
Varição de investimentos ao valor justo		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(4)	(216)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 6 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Capital a integralizar	Prejuízo acumulado	Total de Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)		3.855	(793)	(3.037)	25
Prejuízo do exercício	7	-	-	(216)	(216)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		3.855	(793)	(3.253)	(191)
Prejuízo do exercício	7	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		3.855	(793)	(3.257)	(195)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 6 S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
		(não auditado)	(não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3)	(216)
Variações nos ativos e passivos:			
Outras movimentações em ativos		-	284
Fornecedores	5	2	(75)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações			
		(1)	(7)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais			
		(2)	(7)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		(2)	(7)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	37	44
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	35	37
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		(2)	(7)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 6 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto

A Sol de Brotas 6 S.A. (“Companhia” ou “Sol de Brotas 6”), constituída em 25 de novembro de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado de prazo indeterminado com sede e foro na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Rodovia José Carlos Daux, 5.500, Km 5, Sala 307, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, onde são realizadas apenas atividades administrativas. A Companhia possui uma filial, destinada a ser o núcleo operacional, situada no município de Uibaí, Estado da Bahia, na Fazenda Nova Olinda, s/n, Zona Rural. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica, bem como o comércio atacadista da energia e a realização de serviços de apoio administrativo e é controlada pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (Controladora).

Em 21 de dezembro de 2023 foi aprovado pela Administração da Companhia o Projeto Solar Híbrido, que consiste na instalação de usinas solares fotovoltaicas junto os parques eólicos de Ventos de Santa Eugênia, Morro do Cruzeiro e Brotas de Macaúbas. A localidade deste projeto é estratégia e visa a complementariedade das fontes solares e eólicas, grande parte da energia eólica é gerada no período noturno, enquanto a geração solar ocorre diurnamente, com isso é possível aproveitar ao máximo a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Adicionalmente, será instalado um projeto piloto de bateria com 1MW/4MWh que terá como objetivo captar a energia excedente e injetá-la no sistema elétrico nacional em momentos que existam maior disponibilidade de escoamento de energia.

Para viabilização dos Parques Fotovoltaicos, houve a alteração da razão social da Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis para Sol de Brotas 6 bem como a mudança do objeto social e cadastro nas Prefeituras para que a nova finalidade seja atendida. Na Sol de Brotas 6, serão instalados 58.016 módulos fotovoltaicos, com uma potência de 33 MWp e 39 MW, neste projeto serão utilizadas estruturas móveis que rastreiam o sol durante o dia, assim maximizando a geração dos módulos solares. O projeto conta com o orçamento de R\$ 137.177 (P50), sendo o início da construção previsto para junho de 2024 e término ao longo de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais estão correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de maio de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.5. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável. As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) O grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração

de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
	(não auditado)	(não auditado)
Contas bancárias em moeda funcional	-	37
Aplicações financeiras com liquidez imediata	35	-
	<hr/>	<hr/>
Total de caixa e equivalente de caixa	35	37

5. Fornecedores

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
	(não auditado)	(não auditado)
Fornecedores de materiais e serviços	2	-
	<hr/>	<hr/>
	2	-

Apresentadas como:

Passivo Circulante	2	-
--------------------	---	---

6. Partes relacionadas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
	(não auditado)	(não auditado)
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i) 228	228
	<hr/>	<hr/>
	228	228

- (i) Saldo a pagar composto por compartilhamento de custos administrativos.

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito está representado pelo montante integralizado de R\$ 3.062 (R\$ 3.062 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 793 (R\$ 793 em 31 de dezembro de 2022) a integralizar e por 3.855.000 ações ordinárias nominativas (3.855.000 ações em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal, detidas em sua totalidade pela sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

8. Custos e despesas

a) Despesas gerais e administrativas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
	(não auditado)	(não auditado)
Impostos e taxas	(3)	(2)
Serviços de terceiros	(4)	(4)
	<u>(7)</u>	<u>(6)</u>

b) Outras despesas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
	(não auditado)	(não auditado)
Perdas com baixa de imobilizado	-	(129)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	(80)
	<u>-</u>	<u>(209)</u>

9. Resultado Financeiro

Receitas financeiras

Rendimentos de aplicações financeiras

<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
(não auditado)	(não auditado)
5	-

Despesas financeiras

Outras despesas financeiras

-	(1)
<u>5</u>	<u>(1)</u>

Fernando de Lapuerta Montoya – CEO
CPF 061.330.627-97

Leoze Lobo Maia Júnior
CPF 019.815.749-56

Alexandre Pereira Woiciechoski
Financial Reporting Manager
CRC: PR-063715/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/F144-3BBA-8E93-E827> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F144-3BBA-8E93-E827



Hash do Documento

D7F3B1DB0199171214EC85EC2211D9478FD4B1BB3CBED66AD8A88326E1A4E13D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/05/2024 é(são) :

- Leoze Lobo Maia Junior - 019.815.749-56 em 14/05/2024 11:26
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Fernando De Lapuerta Montoya (Diretor Presidente) -
061.330.627-97 em 14/05/2024 11:13 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Alexandre Pereira Woiciechoski - 708.824.362-87 em 14/05/2024
10:53 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

